

ARISTÓTELES: FORMAÇÃO ÉTICA E POLÍTICA PARA A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Ricardo Antônio Rodrigues*

Resumo: Para Aristóteles a educação tem papel insubstituível na construção do ser humano. O seu legado nos permite pensar a natureza da educação ligada ao sentido de tornar o ser humano ativo na realização daquilo que lhe é próprio. A verdadeira realização e verdadeira felicidade não residem no ter, comprar, adquirir, possuir ou conquistar algo, mas em realizar com excelência aquilo que mais profundamente nos identifica enquanto humanos. Para tal, é importante a reflexão sobre o comportamento humano, o exercício da virtude e a consideração pelo bem comum, pois a felicidade plena resulta da vida em sociedade.

Palavras-chave: Educação. Ética. Política.

Introdução

O que podemos aprender de Aristóteles tanto tempo depois? Os textos aristotélicos podem lançar luzes sobre o modo como encaramos a própria formação humana nas escolas. As reflexões promovidas pelo Estagirita remontam o sentido da vida em sociedade e como devemos educar as novas gerações. Estamos envolvidos num processo cultural de descaracterização do humano e de ameaça ao sentido da vida em sociedade. Retomar a reflexão filosófica sobre a escola e seu papel, sobre a família e sua função social, enfim, é o modo mais eficaz de sanear a crise institucional e humana que estamos passando.

Nesse texto será analisada brevemente a contribuição aristotélica para a noção de ética e política, em Aristóteles, buscando relacionar tais definições ao papel da ação educativa formal como condição fundamental para a construção seres humanos melhores e mais comprometidos com o bem comum. Num primeiro momento investigaremos alguns elementos da obra *A Política*, pelo viés educacional. No segundo momento, serão brevemente

* Doutor em Filosofia pela PUCRS. Professor do Instituto Federal Farroupilha. Membro do Centro brasileiro de pesquisa sobre Amartya Sen: interfaces com direito, políticas de desenvolvimento e democracia. Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Câmpus Jaguari. E-mail: rianro@gmail.com; ricardo.rodrigues@iffarroupilha.edu.br

analisados alguns elementos do texto *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, na intenção refletir os desafios teóricos e práticos de nosso tempo, no campo educacional, social, ético e político.

2 A Educação virtuosa para a vida política

Aristóteles é referência ímpar na reflexão sobre o sentido e o papel da educação. Mesmo em nosso tempo, em que vivemos a sociedade do conhecimento e da informação, a reflexão sobre o sentido de ensinar, o que ensinar e como ensinar, faz todo o sentido, pois implica na forma como as novas gerações vão ser, viver e conviver. Como observa Jacques Delors (2003) não basta que a educação do futuro, e mesmo do presente detenha-se ao ser, fazer e saber. Há um elemento que não é novo, mas que é urgente que seja retomado e que são as condições de possibilidades para uma convivência harmônica e justa entre os seres humanos.

Aristóteles manifesta na obra *A Política* a preocupação com a educação das novas gerações para a vida em sociedade. Tal obra teve um impacto conceitual importante naquela época, mas também nos serve de referência para analisar a noção de viver bem ou bem viver, mesmo em nosso tempo. Essa acepção de viver bem, não é contraposição ao proposto pela escatologia cristã, como foi entendido nos séculos XII e XIII, que renderam condenações e ferrenhas críticas ao Estagirita, seus textos e intérpretes. Aristóteles compreendia que a ênfase conceitual deveria ser a realização humana, uma felicidade perfeita, construída a partir da natureza e necessidade do próprio ser humano de viver em comunidade.

Para que o homem pudesse constituir-se de forma plena, era preciso levar a termo a sua própria condição enquanto animal racional. É neste sentido que o papel da educação entra na constituição da felicidade humana. Notamos de pronto que há o interesse e o registro por parte do autor em relacionar a vida em sociedade com uma finalidade de realização. Ou seja, não apenas temos uma inclinação natural para a vida em sociedade, mas isso deve ser considerado como questão fundamental para a realização plena de nossa condição humana, exercitado e desenvolvido em termos institucionais (família, instituição de ensino, etc.).

No *Livro VII, Política*, o autor ao tratar do melhor governo não apenas define o que ele entende por melhor, mas indica uma conexão com um modo de organização social que permita a *eudaimonia*¹. Para ele, “a melhor forma de governo é aquela em que qualquer

¹ Podemos traduzir por *Felicidade*, no sentido da realização e satisfação plena do ser humano, considerando essa definição como resultante de uma experiência endógena e não exógena.

pessoa, seja ela quem for, pode agir melhor e viver feliz”². Ao questionar sobre o melhor governo, independentemente de qual sugere como tal, adota uma visão que implica uma relação com a questão educativa. Pois se há um fim para ser alcançado precisamos aprender qual é esse fim e como atingi-lo.

Aristóteles ao definir o que entende por felicidade enuncia:

Se nos expressamos bem a respeito destas coisas, e se a felicidade deve ser definida como o sucesso, a vida ativa é a melhor vida tanto a cidade como um todo, quanto para o indivíduo (...) ser bem sucedido é o objetivo e ele é uma forma de ação; logo, são principalmente os homens cujo pensamento dirige as ações que devemos olhar como verdadeiros autores e praticantes de atos exteriorizados³.

Notemos que sua proposta de felicidade está ligada a ideia de ação. Ele não apenas indica que devemos tomar decisões importantes para nos realizarmos enquanto humanos, mas acentua o caráter do autogoverno, da autodeterminação, do bom governo de si, e isso só é possível a partir da vida virtuosa, do exercício cotidiano de tal atividade (racional). E ao intuir a vida feliz acrescenta que esta, a vida feliz individual, deve ter conexão com a felicidade da cidade, pois:

Todos admitem que é a mesma, pois todos aqueles que fundamentam – o bem viver na riqueza no caso dos indivíduos consideram feliz a cidade inteira se ela é rica, e todos que dão valor à vida de tirano dirão que a cidade cujo o domínio se estende sobre o maior número de súditos é a mais feliz, se alguém considera os indivíduos felizes por causa das qualidades morais, também dirá que a cidade também dirá que a cidade moralmente melhor é a mais feliz⁴.

Vale notar que o autor não apenas destaca a relação entre vida feliz individual e coletiva, mas enfatiza um tipo específico de vida feliz. Sugerindo que a coletividade que possui acento na qualidade moral de seus membros, é por sua vez a cidade mais feliz. Dito de outra forma, para Aristóteles não é qualquer felicidade que deve ser buscada ou praticada, mas aquela que está sedimentada na virtude e na razão.

Para o autor a felicidade do indivíduo não precisa e nem deve ser uma oposição à vida em sociedade. Viver em sociedade é a condição melhor para que se alcance a felicidade. A educação tem seu *telos* e deve desenvolver no indivíduo, a convicção e a habilidade de que “o

² Política, Livro VII, II, 1324a.

³ Política, Livro VII, II, 1324 a.

⁴ Livro VII, II, 1324 a.

fim e os meios práticos para atingir um fim" ⁵, devem ser concatenados de forma adequada (racional). Pois o fim da vida humana é a vida feliz, como ele descreve:

Todos os homens aspiram a uma vida melhor e à felicidade, mas a vida melhor requer alguns recursos (...) a felicidade é o resultado e uso perfeito das qualidades morais, mas não condicionalmente, mas absolutamente ⁶.

Mas precisamos reconhecer que para Aristóteles a felicidade plena, decorre do acesso e da prática de certas qualidades morais, e estas por sua vez, decorrem da natureza, do hábito e da razão. Natureza, no caso, pelo fato de sermos portadores de uma condição privilegiada diante dos demais seres, somos *zoon logikon e zoon politikon*, que pode ser resumido pelo fato de sermos animais racionais. Nos aspectos do hábito e da razão as qualidades de corpo e alma decorrem do exercício. E eis aqui um aspecto fundamental para a educação. A inclinação para agir bem ou de ser feliz em si, não resolve tudo. A consciência do bem ou desejo deste, em si não garante uma ação reta e alinhada com o próprio bem. Para Aristóteles, a virtude deve ser exercitada de forma contínua, diariamente.

A preocupação aristotélica é pensar um modelo ou sistema educacional que se forme desde cedo os cidadãos para a vida na cidade, para a prática da ação enquanto dinâmica política. Essa experiência está ligada ao que postula Platão nas *Leis* ⁷, sugerindo que a educação é um treinamento desde cedo na virtude para alcançar a sabedoria que é a arte de governar-se e governar os outros com justiça. E mais, a educação não é um simples processo de treinar e formar habilidades para que se tenha um físico perfeito, ou que o conhecimento converta-se em dinheiro e riqueza, mas que permita ao ser humano viver de forma virtuosa e sábia de forma integrada e integradora.

Na obra *A Política*, Aristóteles não apenas questiona se o poder deve ser concentrado, perpetuado ou alternado, livre ou despótico, mas analisa e sugere que quem vai exercer um cargo político, passe pela experiência de ser governado e aprenda a governar-se. Ou seja, para se que possa governar bem a cidade é preciso primeiro saber governar-se e fazer a experiência de ser governado. Sugere que a experiência de mandar e obedecer não apenas é necessária, mas conveniente ⁸.

⁵ Política, Livro VII, XII. Referência ao papel central de um sistema educacional.

⁶ Política, Livro VII, XII, 1332 a.

⁷ Platão, 1999, p. 93.

⁸ Livro VII, II, 1254 a.

Por outro lado, também alega que esse processo de formação, ou quem deve formar as novas gerações precisa ter certas qualidades morais, tanto do ponto de vista teórico como prático. Estas são fundamentais, pois na visão do Estagirita:

Se existe uma pessoa superior a nós em qualidades morais e capacidade para praticar boas ações, é honroso segui-la e justo obedecer-lhe, desde que essa possua necessariamente não apenas qualidades morais, mas também capacidade de pô-las em ação⁹.

Ou seja, a excelência nas qualidades morais não deve ficar apenas no conhecimento do que é virtuoso. Mas na prática da virtude de forma contínua e cotidiana. Tanto quem ensina como quem recebe a educação, deve sempre pautar as questões relacionadas à vida ética e política, ao encontro do individual com o social, sendo a sabedoria ética uma obrigação de quem educa, e um exercício perene, um imperativo¹⁰, tanto no início da vida¹¹ como na adolescência e na juventude daqueles que aprendem.

Para o autor, a educação formal deve considerar certa divisão entre as faixas etárias e que desde cedo o sentido da educação deve ser para aprimorar as qualidades morais. Nunca como fim em si mesmo, mas como meio de alcançar determinado fim. Por exemplo, a ginástica, a Gramática, a Música e o Desenho, disciplinas que sugere, visam aperfeiçoar o indivíduo para a vida em sociedade. E tudo aquilo que não contribui para o aprimoramento moral e virtuoso das novas gerações deve ser a todo custo mantido à distância¹².

O lúdico, inclusive a narrativa de historinhas e fábulas proferidas pelos Inspectores de Crianças, devem preparar as crianças para o que ele descreve como exercícios supervenientes. Os jogos infantis, portanto, devem ser encarados, segundo ele, como imitação das ocupações futuras. Não como fim em si mesmo, mas sempre como meio para um fim maior, mais elevado.

Aristóteles orienta seu sistema educacional em faixas etárias¹³, como até os 5 anos uma determinada abordagem, enfatizando o que poderíamos denominar como acento na dimensão lúdica¹⁴. Ainda subdivide em bebê até 1 ano, o que define como pequena infância, e depois a primeira infância, período compreendido entre os 5 aos 7 anos. Depois vem a

⁹ Política, VII, III, 1325 b.

¹⁰ Política, VII, XIII, 1333 b.

¹¹ Para Aristóteles a educação também é uma questão pública não apenas familiar, notemos que ele destaca, no Livro VII, XIV que “o legislador deve propor e cuidar para que a criança tenha a melhor compleição possível”.

¹² Política, livro VII e VIII.

¹³ Livro VII, 1337 a.

¹⁴ É importante observarmos o que ele descreve como Inspectores de Crianças, não é e nem deve ser qualquer profissional que pode lidar com as novas gerações, mas alguém com certa distinção e qualificação.

infância, dos 7 aos 14 anos e adolescência, dos 14 aos 21 anos. Precisamos ainda considerar que ele propõe um cuidado com o futuro cidadão que vai desde a formação dos casais, a constituição das famílias, a procriação, enfim, formar bem o cidadão deve ser uma preocupação pública e privada que envolve inúmeros fatores, que vai desde a qualidade moral da união dos pais (fundada na justiça) até a construção de normas e regras educativas que possibilitem o pleno desenvolvimento moral dos futuros cidadãos.

Na primeira fase da vida a ludicidade tem também uma conotação moral, para afastar a criança da preguiça, assim as fábulas e histórias precisam desenvolver de algum modo essas potencialidades. Nas demais fases a inclusão gradativa de disciplinas como a gramática, a música, o desenho e a ginástica visam, sobretudo sensibilizar, qualificar e elevar a capacidade de apreciação do que é o belo, bom e virtuoso. Ou seja, essas disciplinas representam um meio de aperfeiçoar ou desenvolver habilidades e virtudes para a vida em sociedade. Aristóteles compreendia que a qualidade moral de um indivíduo deveria ser o objetivo maior da educação. Sempre no sentido de aprimorar a natureza racional do ser humano.

Como é óbvio que a educação pelo hábito deve vir antes da educação pela razão, e o exercício do corpo antes do exercício do espírito, evidentemente, de conformidade com essas considerações, as crianças devem ser entregues aos cuidados do instrutor de ginástica e do treinador de crianças, a um deles para aperfeiçoar os hábitos do corpo e ao outro para os exercícios (Aristóteles, *Política*, Livro VIII, III, 1338 b).

Esse movimento de promover o humano a partir de sua principal potencialidade que é a racionalidade, está presente até mesmo no momento em que fala da música. Para ele, a música não poderia ser considerada um fim em si mesmo. Assim como os demais saberes, como a ludicidade, a música teria um sentido enquanto a própria alma humana é uma harmonia. Ao falar de música e sua relação com a juventude, ele considerava que “a música é própria para essa fase da vida, pois os jovens, por causa da idade, não suportam o que não é adoçado pelo prazer e a música é naturalmente doce”¹⁵. Percebemos que embora ela descreva a música como um elemento importante como manifestação metafórica da harmonia da alma, ela é apenas uma estratégia para qualificar o gosto e tornar a aprendizagem prazerosa.

¹⁵ VIII, III, 1340 b.

3 A Educação moral

Aristóteles considera que somos naturalmente sociáveis¹⁶ e que não há outra forma de nos realizarmos enquanto humanos, sem o auxílio da ação educativa. Para o Estagirita, a educação ética¹⁷, desde cedo é condição *sine qua non* para que o indivíduo, e a sua possibilidade de inserção adequada na vida social e política. No entanto é preciso distinguir entre ser bom e ser um bom cidadão¹⁸, fazendo a distinção entre o papel pedagógico da lei, a relação e a distinção entre a ética e a política.

A *paideia*¹⁹, na visão aristotélica, deve ser assunto público e não pode ser negligenciada, tendo em vista que é a base para formação da virtude e a condição primeira para a vida em sociedade. Na *Ética a Nicômaco*²⁰ Aristóteles enfatiza que o pai pode exercer a educação dos filhos, tendo o conhecimento da peculiaridade de cada um, e que não é recomendável descuidar da vida pública, pois é através da educação que se forma o cidadão justo e virtuoso. Há a proposição de uma interface, que em nosso tempo ainda é necessária, entre o pleno cumprimento do papel familiar da educação moral e o papel da escola enquanto complemento daquilo que a família não tem condições de ensinar.

Com isso, na perspectiva aristotélica, não se quer dizer que devemos ou podemos entender que o fim da educação, segundo que nos sugere Aristóteles, seja que devemos preparar as novas gerações para o exercício da cidadania, da vida plena em sociedade. Para que o resultado da educação seja de fato formar bons cidadãos, a família precisa cumprir seu papel e para tal, segundo Aristóteles, deve ter autonomia e condições para isso, cada núcleo

¹⁶ Livro II, Política.

¹⁷ “Com efeito, a excelência moral, relaciona-se com prazeres e dores; é por causa do prazer que praticamos más ações, e por causa da dor que nos abtemos de ações nobres. Por isso deveríamos ser educados de uma determinada maneira desde a nossa juventude, como diz Platão, a fim de nos deleitarmos e de sofrermos com as coisas que nos devem causar deleite ou sofrimento, pois essa é a educação certa”. (EN, II, 3)

¹⁸ “Efetivamente, a lei nos manda praticar todas as virtudes e nos proíbe de praticar qualquer vício. E as coisas que tendem a produzir a virtude considerada como um todo são aqueles atos prescritos pela lei tendo em vista a educação para o bem comum. Mas no que tange à educação do indivíduo como tal, educação essa que torna um homem bom em si, fica para ser determinado posteriormente, se isso compete à arte política ou a alguma outra; pois talvez não haja identidade entre ser um homem bom e ser um bom cidadão de qualquer Estado escolhido ao caso”. (EN, II, 3)

¹⁹ Paideia, na concepção antiga, simbolizava a educação integral, física e psíquica. Cf. Jaeger, 2002.

²⁰ Cf. EN X, 9, 1180b 6, referência aos laços de sangue. “Pois que, assim como nas cidades têm força as leis e os tipos predominantes de caráter, nas famílias a têm ainda mais os preceitos e os hábitos do pai, devido aos laços de sangue e aos benefícios que ele confere; porquanto os filhos têm desde o princípio uma afeição natural e uma disposição para obedecer. Além disso, a educação privada leva vantagem à pública, como é também o caso do tratamento médico privado; pois, embora de um modo geral o repouso e a abstenção de alimento façam bem às pessoas febris, pode não ser assim no caso de um doente particular; e é de supor que um pugilista não prescreva o mesmo estilo de luta a todos os seus alunos. Parece, pois, que os detalhes são observados com mais precisão quando o controle é privado, pois cada pessoa tem mais probabilidades de receber o que convém ao seu caso”.

familiar deve constituir suas regras, sendo que na vida doméstica, as famílias, pais e filhos, devem ter liberdade para organizar a sua vida como melhor convier.

Se por um lado deve haver uma interface entre o papel da família o trabalho efetivo do estado na formação dos cidadãos, Aristóteles não compreende que isso represente a perda da autonomia da família em gerir seus processos educativos. Mas ressalta que a responsabilidade e poder sobre a mulher e os filhos, no caso do homem, deve estar alinhada aos limites propostos pela constituição, pois o lar também deve ser um espaço onde a vida ética e a vida política estejam harmonizadas. Ou seja, embora sempre se acuse Aristóteles de relegar papel secundário à mulher e às crianças, o que fica evidente é que ele não entende textualmente que a injustiça contra qualquer uma dessas categorias possa promover a virtude social.

Se a vida feliz²¹ decorre de uma vida virtuosa²², não de modo automático, como já afirmado, para ele, não se deve evitar o mal ou temer e respeitar a lei, apenas por temor das sanções coercitivas, mas por convicção de que devemos buscar a excelência, e esta tem relação com uma vida privada e pública ancorada na racionalidade. Isso se aplica tanto à vida privada como à vida pública. Portanto, se as relações pessoais e familiares não estiverem pautadas na justiça, essa desarmonia não permitiria a construção social da justiça. Assim o desejo de justiça e a construção desta precisam ser considerados como um fim, não como meio.

Ora, nós chamamos aquilo que merece ser buscado por si mesmo mais absoluto do que aquilo que merece ser buscado com vistas em outra coisa, e aquilo que nunca é desejável no interesse de outra coisa mais absoluto do que as coisas desejáveis tanto em si mesmas como no interesse de uma terceira; por isso chamamos de absoluto e incondicional aquilo que é sempre desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa (EN, I, 7).

Para ele, como somos dotados de logos, capacidade discursiva (*zoon logikon*) e sendo esse nosso principal diferencial diante dos outros seres vivos, viver conforme o nosso distintivo principal, a razão (*zoon politikon*), deve ser produzido racionalmente através da

²¹ Pelo menos no capítulo I, da Ética a Nicômaco, Aristóteles parece buscar de forma muito convicta a relação entre felicidade e virtude. Cf. EN, I, 13, “já que a felicidade é uma atividade da alma conforme à virtude perfeita, devemos considerar a natureza da virtude: pois talvez possamos compreender melhor, por esse meio, a natureza da felicidade”.

²² “[E acrescentamos que a função de um bom homem é uma boa e nobre realização das mesmas; e se qualquer ação é bem realizada quando está de acordo com a excelência que lhe é própria; se realmente assim é], o bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude, e, se há mais de uma virtude, com a melhor e mais completa. Mas é preciso juntar ‘numa vida completo’. Porquanto uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; e da mesma forma um dia, ou um breve espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso”. (EN, I, 7) É importante ressaltar aqui que Aristóteles está se referindo ao sentido qualitativo e não quantitativo. A simbologia da andorinha tem sentido aqui de que a virtude deve ser constante, cotidianamente exercitada, ser virtuoso sempre.

educação como modo de superar as demandas inferiores e satisfazer aquilo que condiz com a nossa condição de autenticidade enquanto seres pensantes e não apenas como seres sensitivos e vegetativos. Para Aristóteles somos diferentes das plantas e animais por que:

A vida parece ser comum até às próprias plantas, mas agora estamos procurando o que é peculiar ao homem. Excluamos, portanto, a vida de nutrição e crescimento. A seguir há uma vida de percepção, mas essa também parece ser comum ao cavalo, ao boi e a todos os animais. Resta, pois, a vida ativa do elemento que tem um princípio racional; desta, uma parte tem tal princípio no sentido de ser-lhe obediente, e a outra no sentido de possuí-lo e de exercer o pensamento (EN, I, 7).

E se por um lado a inclinação à vida social não determina por si a realização plena do ser humano²³, por outro, essa aptidão só tem sentido enquanto praticada no cotidiano de forma a que se alcance a *areté*²⁴ (excelência). Nessa direção é que devemos entender a *paideia* grega (Jaeger, 2002), como o cimento fundamental que prende os tijolos da construção social. Sem a educação não há como pensarmos a vida comunitária. Sem uma qualidade moral mínima a vida em sociedade é impossível.

A educação, nesse sentido, tem o papel único de tornar o ser humano ativo na realização daquilo que lhe é próprio. A verdadeira realização e verdadeira felicidade não residem no ter, comprar, adquirir, possuir ou conquistar algo, mas em realizar com excelência aquilo que mais profundamente nos identifica enquanto humanos.

Aos moldes²⁵ daquilo que Platão sugere na República, para Aristóteles a *theoria*²⁶ como atividade nobre nos equipara aos deuses²⁷. Mas quando pergunta se a felicidade é uma concessão dos deuses ou fruto do esforço humano, e se pode ser apreendida ou ensinada, o Estagirita sugere que ela, a felicidade, pode ter alguma relação com o divino,

Ora, se alguma dádiva os homens recebem dos deuses, é razoável supor que a felicidade seja uma delas, e, dentre todas as coisas humanas, a que mais seguramente

²³ “Ora, se a função do homem é uma atividade da alma que segue ou que implica um princípio racional, e se dizemos que “um tal-e-tal” e “um bom tal-e-tal” têm uma função que é a mesma em espécie (por exemplo, um tocador de lira e um bom tocador de lira, e assim em todos os casos, sem maiores discriminações, sendo acrescentada ao nome da função a eminência com respeito à bondade — pois a função de um tocador de lira é tocar lira, e a de um bom tocador de lira é fazê-lo bem); se realmente assim é [e afirmamos ser a função do homem uma certa espécie de vida, e esta vida uma atividade ou ações da alma que implicam um princípio racional]” (EN, I, 7).

²⁴ Na época das guerras a excelência ou *areté* era a arte de atacar ou defender-se com o competente uso das armas. Com o surgimento da Filosofia, surge a necessidade da formação ampla e integral do ser humano. Na vida argumentativa da Filosofia, os debates e embates conceituais não exigem a mesma excelência do manejo com as armas, mas a habilidade e a competência com as palavras: sabedoria. Dito de outro modo, a habilidade com a espada é diferente da habilidade com a pena.

²⁵ Ética a Nicômaco, X, 7-8.

²⁶ *Theoria*, em grego, tem o sentido de contemplação, admiração, êxtase.

²⁷ Platão, A República, 1154 b 21.

é uma dádiva divina, por ser a melhor. Esta questão talvez caiba melhor em outro estudo; no entanto, mesmo que a felicidade não seja dada pelos deuses, mas, ao contrário, venha como um resultado da virtude e de alguma espécie de aprendizagem ou adestramento, ela parece contar-se entre as coisas mais divinas; pois aquilo que constitui o prêmio e a finalidade da virtude se nos afigura o que de melhor existe no mundo, algo de divino e abençoado (EN, I, 9).

Mas não parece concordar com a ideia de que a felicidade seja apenas uma dádiva ou presente dos deuses, pois na sequência do texto assevera que ela deve decorrer de certo esforço humano, conforme a nossa aptidão e natureza, portanto, a felicidade tem relação com a virtude e esta com o exercício (*askesis*). E de algum modo, na afirmação de Aristóteles está uma convocação para a responsabilidade de constituir a própria felicidade e não esperá-la do acaso. Segundo ele,

Dentro desta concepção, também deve ela ser partilhada por grande número de pessoas, pois quem quer que não esteja mutilado em sua capacidade para a virtude pode conquistá-la mediante uma certa espécie de estudo e diligência. Mas, se é preferível ser feliz dessa maneira a sê-lo por acaso, é razoável que os fatos sejam assim, uma vez que tudo aquilo que depende da ação natural é, por natureza, tão bom quanto poderia ser, e do mesmo modo o que depende da arte ou de qualquer causa racional, especialmente se depende da melhor de todas as causas. Confiar ao acaso o que há de melhor e de mais nobre seria um arranjo muito imperfeito. (EN, I, 9)

Ou seja, até podemos enquanto seres racionais esperar que a felicidade plena decorra do acaso, como ele mesmo sugere, seria um arranjo muito imperfeito. Como seres racionais é conveniente que o que há de mais elevado (a felicidade) não pode ser atribuído ou conferido ao acaso. Relacionando isso ao sentido da educação na formação do cidadão, mesmo que ser cidadão não seja o fim último do ser humano, já que o fim último é a felicidade ou a vida feliz, devemos educar para o exercício cotidiano da virtude, fazendo dessa busca um movimento contínuo e ascendente.

Para Aristóteles, o processo de formação de si, nunca acaba, basta notarmos que Aristóteles alerta para o cuidado com as novas gerações, mas faz apelo semelhante para aquele que já é adulto e exerce cargo público, como o jurista, o político, enfim que estes precisam cuidar da dimensão ética e política, pois ambas, de algum modo, se entrelaçam²⁸. E esse cuidado e exercício não cessam nunca.

²⁸ “Por virtude humana entendemos não a do corpo, mas a da alma; e também à felicidade chamamos uma atividade de alma. Mas, assim sendo, é óbvio que o político deve saber de algum modo o que diz respeito à alma, exatamente como deve conhecer os olhos ou a totalidade do corpo aquele que se propõe a curá-los; e com maior razão ainda por ser a política mais estimada e melhor do que a medicina. Mesmo entre os médicos, os mais competentes dão-se grande trabalho para adquirir o conhecimento do corpo”. (EN, I, 13).

Aristóteles retoma diversas vezes o que significa a vida feliz, em seus textos, e notamos uma definição de felicidade posta na *Ética a Nicômaco*, Livro VIII, 13, onde ele sugere que a noção de amizade como expressão da realização plena do ser humano é resultado de uma visão de elevação, aos moldes da *theoria*, conforme o exemplo dado anteriormente. Para p Estagirita a amizade só é possível entre os que são de bem. Seja entre os familiares, parentes ou demais integrantes da *polis*, a condição para que ela ocorra é a noção de bondade. Só há amizade para quem é de bem, para quem busca e tem certa elevação racional, e ela é a mais sólida e verdadeira quando praticada entre os que convivem mais. Para Aristóteles,

A amizade dos filhos pelos pais e dos homens pelos deuses é a que se tem para com algo de bom e superior, pois eles lhes dispensaram os maiores benefícios, dando-lhes o ser, a alimentação e a educação desde que nasceram. E essa espécie de amizade também é aprazível e útil, mais do que a amizade entre estranhos, uma vez que tais pessoas convivem mais entre si²⁹.

O sentimento de bem querer, de pertença e de afeto entre os que convivem, alimenta o desejo de querer conviver cada vez mais e melhor. O que para Aristóteles está ligado ao fato de que o maior desejo dos amigos é conviver cada vez mais e melhor com os amigos. E esse sentimento de amizade, sentimento de pertença, de bem querer e querer conviver mais e melhor é pressuposto para a vida em sociedade. Se só é amigo quem é de bem ou do bem, quem não o é não tem amigos, e se tiver alguém próximo, nunca será amigo, mas cúmplice. Portanto, um valor fundamental para a convivência desde cedo, segundo Aristóteles, tanto na família como na escola é fomentar o sentimento de pertença a um grupo, exercitar a amizade, a relação virtuosa entre os indivíduos, inevitavelmente isso impactará na harmonia e felicidade da vida em sociedade.

Considerações finais

É muito recorrente em nosso tempo a reclamação pela falta de limites, sobretudo no que tange às gerações mais jovens. Crianças e adolescentes quando agrupados, em nossa sociedade, numa sala de aula, por exemplo, comumente exercitam a falta de virtude, até porque essa não é uma preocupação tão evidente de nossos sistemas educacionais. Comumente confundimos a formação ética, moral e política com a formação religiosa. Para

²⁹ EN, VIII, 13.

Aristóteles a vivência de alguns valores ou princípios deve estar calcada na prerrogativa do ser humano enquanto animal social e sociável.

A crise de valores em nosso tempo é resultado da crise de sentido e referência do que somos. Falta-nos uma antropologia. A própria ética, enquanto contribuição conceitual dos gregos clássicos, Sócrates e Aristóteles, por exemplo, faz sentido enquanto uma nova visão sobre o que somos, como seres portadores de alma, unidade biopsíquica e seres capazes de autodeterminação.

A má gestão política tão comum em nosso país, resulta de uma dissociação conceitual entre o que é o bem individual e o bem comum. Sem isso, não há sentido nenhum em vivermos em sociedade. Para ‘formarmos’ cidadãos, precisamos inserir na agenda e na pauta ‘formativa’ elementos de que não devemos formar apenas para o mercado, para as igrejas, para a cidadania e para o ingresso na universidade, tudo isso é insignificante se não convenceremos as novas gerações sobre a importância da sabedoria. Precisamos promover a convicção da importância da vida feliz e da experiência coletiva dessa dimensão.

O crescente desprezo à vida social, a descrença no papel da política e a descaracterização da ética, como dimensão constitutiva do humano e da vida social, tem legado uma geração de seres humanos que tendem a desprezar a razão, o conhecimento, a própria vida, o sentido dela e o valor de si e do outro enquanto humano. Estamos socialmente nos tornando antissociais. Estamos humanamente nos tornando anti-humanos. E isso é tão sério que se a escola não participar dessa reflexão em pouco tempo perderá seu sentido e papel social.

Uma sociedade melhor decorre de pessoas melhores. Pessoas melhores resultam de um longo processo de reflexão e exercício cotidiano da virtude de exercitar as condições, possibilidades e limites de sua humanidade. De Aristóteles podemos aprender que a educação é apenas meio para tornar as pessoas melhores e mais felizes, não um jugo para transformá-las em meio.

Referências

Aristóteles. Política. Traduzido do grego por Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

_____. **Ética a Nicômaco**; Poética / Aristóteles; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. (Os pensadores; v. 2) Ética a Nicômaco: tradução de Leonel Vallandro e

Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Ross; Poética: tradução, comentários e índices analítico e onomástico de Eudoro de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

PLATÃO. **As Leis**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 1999.

JAEGER, W. **Paideia**: los ideales de la cultura griega. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 2002.